

O TRABALHO METAMORFOSEADO NO MARANHÃO: bases históricas e expressões atuais

Zaira Sabry Azar

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Elder Carvalho dos Santos

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Lucianna Cristina Teixeira Soares

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Luciano Amorim Mesquita

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

O trabalho aborda o processo de metamorfoseamento do trabalho no estado do Maranhão, demarcando-o no contexto da expansão capitalista no estado, considerando, no entanto, que tal processo caracteriza-se pelos padrões assumidos pelo caráter internacional da acumulação capitalista nos países denominados periféricos. Destaca-se na abordagem a relação orgânica entre o Estado e o capital, assumindo o primeiro, papel mediador para a reprodução do capital. Como sujeito indispensável ao processo, o Estado cria as condições de infra-estrutura demandada; assim como desenvolve estratégias de controle social, no sentido de dirimir os questionamentos e as resistências dos trabalhadores à dinâmica imprimida pelo capital.

Parte-se do pressuposto de que o modelo econômico que historicamente vem sendo desenvolvido no estado culmina com a reestruturação produtiva, alcançando todos os setores da produção, seja urbanos ou rurais, em suas formas capitalistas ou não capitalistas de produzir. Nesta perspectiva, a hegemonia produtiva dos vetores industrial e agropecuária, através de mega-projetos nos mais variados setores, tem privilegiado relações de trabalho marcadas pela superexploração da força de trabalho em que são intensificadas a precarização das condições de trabalho e o controle da classe trabalhadora.

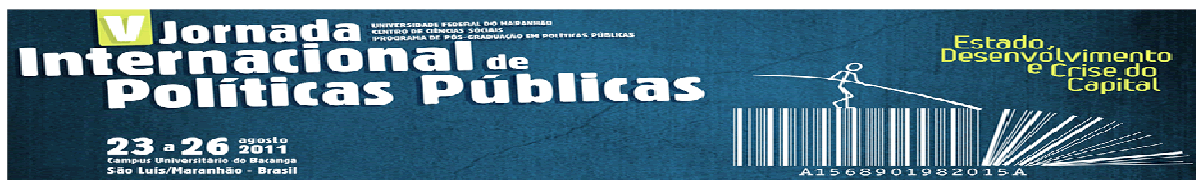
A Mesa Temática privilegiará os seguintes recortes analíticos: os processos de terceirização/subcontratação da força de trabalho na produção mínero-metalúrgica ao longo da Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira, como estratégia de redução de custos da produção e conseqüente precarização do trabalho e do emprego.



Outro recorte trata da informalidade que permeia as relações de trabalho, fenômeno este, compreendido como tendência histórica destas relações; particularizando a função contraditória das políticas públicas de trabalho e renda em relação à informalização do trabalho.

Também será tratado do processo de proletarização dos pequenos produtores rurais no município Açailândia, tendo como marco a instauração do complexo mínero-metalúrgico, através de empresas multinacionais e empreendimentos siderúrgicos.

E, por fim, serão trazidos aspectos de resistência e luta dos camponeses assentados da reforma agrária no município Açailândia à dinâmica expansionista do capital, ali instituída, considerando a busca de alternativas para a manutenção e reprodução camponesa no estado.



A RESISTÊNCIA E LUTA CAMPONESA À DINÂMICA DO CAPITAL EM AÇAILÂNDIA

Zaira Sabry Azar¹

RESUMO

O texto tem como objeto aspectos da resistência das famílias Sem Terra no assentamento Califórnia, como expressão da luta camponesa à atual dinâmica do capital no município Açailândia, estado do Maranhão. O assentamento resulta da luta pela terra desencadeada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no contexto da luta no campo no estado. Aponta a natureza conflituosa da relação entre os dois segmentos produtivos do campo, demarcando que o processo de luta camponesa faz parte do processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pois, estruturadamente contraditório, o capitalismo cria e recria formas não capitalistas de produção.

Palavras-chave: Luta camponesa, campesinato, Movimento sem Terra.

ABSTRACT

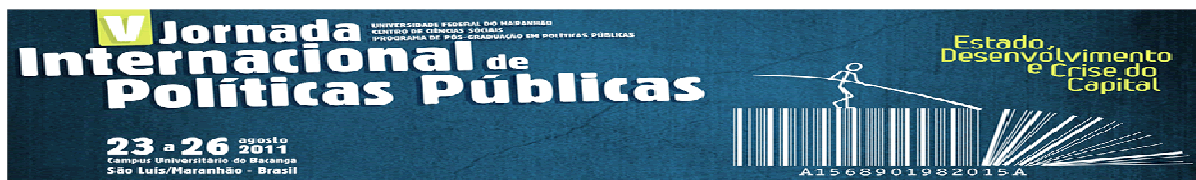
The paper is to analyze aspects of the resistance of settlers in the settlement California, as an expression of the peasant struggle in the current dynamics of capital. Açailândia municipality, state of Maranhão. The settlement results from the land struggle triggered by the Movement of Landless Rural Workers - MST, in the context of the struggle in the countryside in the state. Points to the conflicted nature of the relationship between the two productive segments of the field, pointing out that the process of peasant struggle is part of the contradictory process of expanded reproduction of capital, therefore, structured contradictory, capitalism creates and recreates non-capitalist forms of production.

Keywords: Struggle for land, peasantry, Movement of Landless Rural Workers

1. INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado compõe o projeto de pesquisa “Tendências das relações de trabalho no contexto da expansão capitalista no Maranhão”, realizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social e Movimento Social –

¹ Doutoranda em Políticas Públicas no Programa em Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social e Movimento Social – GSERMS
e-mail: zairasabry@hotmail.com



GSERMS, do Departamento do Curso de Serviço Social – DESES, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. De forma específica, apresenta análise preliminar da pesquisa de doutorado “O trabalho no campo nas transformações contemporâneas no Maranhão”.

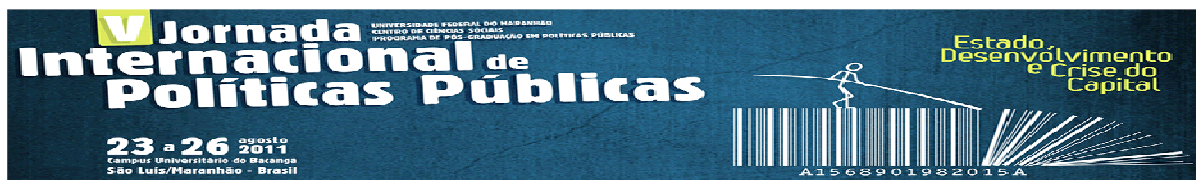
O texto apresentado tem como objeto aspectos da resistência e luta camponesa à atual dinâmica do capital no município Açailândia, estado do Maranhão, de forma específica das famílias assentadas no assentamento Califórnia, o qual resulta da luta pela terra empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no contexto estadual.

Como demarcação analítica, é apontada a conflitualidade (FERNANDES, 2005) existente entre os dois segmentos produtivos do campo: a agropecuária empresarial, representada pelo agronegócio; e o campesinato. Só podendo tal conflitualidade ser compreendida no contexto das desigualdades históricas da formação sócio-econômica capitalista. Sendo que as relações estabelecidas entre o agronegócio e campesinato encontram-se permeadas pelo processo contraditório de reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 20), pois, estruturadamente contraditório, o capitalismo cria e recria formas não capitalistas de produção. E, “nem sempre é o capital que se trai com a criação e recriação de relações não capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta.” (FABRINI, 2002, p. 81).

O artigo se apresenta organizado em uma introdução; dois itens: o primeiro que trata a dinâmica econômica de Açailândia e a incidência no campesinato; e o segundo que aborda sobre algumas considerações sobre a luta do assentamento Califórnia contra a dinâmica do capital em Açailândia; sendo concluído com algumas considerações acerca do processo em debate.

2. A DINÂMICA ECONÔMICA DE AÇAILÂNDIA E A INCIDÊNCIA NO CAMPESINATO

O Maranhão vivencia uma dinâmica econômica intensificada desde a década de 1980, constituindo espaço privilegiado de inserção do capital mundial e tem sofrido grandes transformações na sua dinâmica econômica. Tais transformações têm se dado partir, essencialmente, de dois movimentos de inserção do estado na rota do capital transnacional:



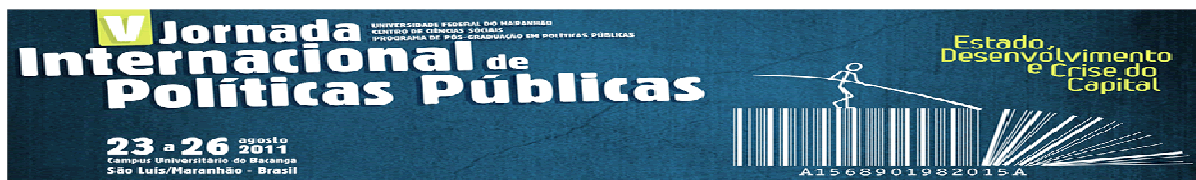
o industrial e o agronegócio. (LOPES et al, 2006). Como grandes expressões da economia industrial encontram-se grandes corporações como o Consórcio Billington, Vale, OMX e o Centro Aeroespacial de Alcântara. Na organização da agropecuária empresarial estão a produção de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu, cuja empresa de maior referência é a Suzano Celulose, instalada em Imperatriz.

Açailândia, município localizado na mesorregião do estado, cumpre importante papel nesta dinâmica econômica desde a década de 1950, quando no processo desenvolvimentista da economia brasileira, foi imprimido intenso desmatamento na região, instalação de serrarias e grandes fazendas de pecuária extensiva.

O atual contexto econômico do estado intensificou atividades industriais, às quais têm como maior expoente o complexo mineiro-metalúrgico capitaneado pela empresa VALE, sendo que para tal, foi instalado o pólo guseiro em Açailândia, o qual cumpre importante função no complexo sistema implantado com o Programa Grande Carajás – PGC. As cinco siderúrgicas, atualmente instaladas no município, a Ferro Gusa do Maranhão – Fergumar, em 1985, a Pindaré, a Simasa e a Gusa Nordeste, são responsáveis pelo processamento do ferro gusa em lingotes, tipo de aciaria e fundição do produto. O processamento guseiro constitui hoje a maior referência produtiva no município, apesar de não representar a maior participação na economia municipal. De acordo com o IMESC (2009), a importância do município na economia estadual tem sido cada vez maior, chegando a ocupar a segunda posição industrial.

Tais projetos implantados na região representam a nova divisão internacional do trabalho, no entanto, sendo esta periferia da periferia da produção hegemônica, o papel que lhe cabe é a de produção de matéria bruta para territórios centrais da produção, e mesmo sendo a indústria do estado, considerado o setor moderno, esta caracteriza-se como indústria de base, ou indústria pesada, sendo o processo de beneficiamento considerado de fase inicial da cadeia industrial.

Apesar de hegemônica, tal economia não constitui modo único de produção. A economia da região desde sempre contou com a economia camponesa, cuja base foi a posse da terra para a produção de produtos agrícolas básico na cesta alimentar maranhense. Porém, as relações estabelecidas entre estes dois setores produtivos do campo foram historicamente constituídas pela conflitualidade, sendo esta um processo



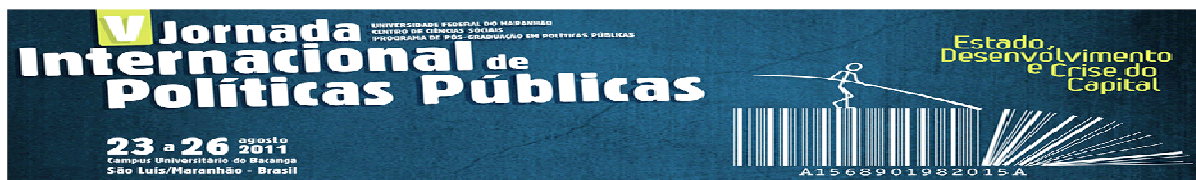
alimentado pela contradição estrutural do capitalismo, cujo resultado é concentração de riqueza de um lado e a expansão da pobreza e a miséria do outro. (FERNANDES, 2005)

E, no caso em questão a conflitualidade estabelecida se encontra de um lado com a grande concentração de terra exigida pela produção dos grandes monocultivos e da pecuária extensiva que predomina, e por outro, pelo processo de expropriação de terras que configurou a desterritorialização camponesa na região. Como resultante da dinâmica concentradora e expropriadora da produção agropecuária industrial, milhares de famílias têm sido expulsas da terra e de suas condições de reprodução social. Como alternativas encontra-se a migração forçada aos centros urbanos, a inserção na dinâmica produtiva hegemônica ou lutar contra os processos de expropriação.

Aos que seguem rumo às cidades, lhe são reservadas condições de extrema precariedade e pobreza, não conseguindo inserir-se, de forma regular, no mercado de trabalho urbano, e, não possuindo formação e capacitação profissional adequada precisam submeter-se às relações precarizadas de trabalho. Enquanto os camponeses que são absorvidos na dinâmica produtiva agropecuária do capital, as condições de trabalho a que são estes submetidos têm como caracterização a precarização do trabalho e neste sentido as relações de trabalho seguem, de modo geral, as regras de contratação feitas por empresas terceirizadas. Assim, desprovidos de suas condições de trabalho e vida, as famílias camponesas são afetadas diretamente na sua cultura, no seu modo de se relacionar com a terra e a natureza, precisando criar alternativas de sobrevivência.

De modo geral, tais projetos têm desencadeado impactos em todos os aspectos da vida população da região, tanto do campo quanto da cidade. Em termos ambientais, por exemplo, são constantes as denúncias feitas por organizações sociais e públicas sobre as irregularidades existentes na produção siderúrgica. Da mesma maneira acontece em termos trabalhistas, sociais e políticos.

No entanto, tal processo não se deu de forma harmônica, pois foi no contexto de conflito e contrastes encontrados no modelo produtivo adotado na expansão e reprodução do capital, que desnudou a questão agrária na região e que vão surgir várias formas de organização e resistência e luta camponesa, sobre o que abordaremos a seguir, demarcando no item a luta das famílias camponesas no assentamento Califórnia.

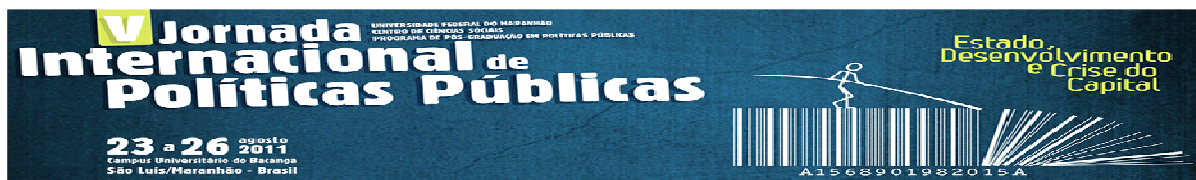


3. O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA: considerações de luta contra a dinâmica do capital em Açailândia

Considerando o contexto acima, às famílias camponesas para garantir sua sobrevivência só restava as alternativas da migração forçada para os centros urbanos, a busca do assalariamento rural ou a luta e resistência aos processos expropriatórios estabelecidos. Demarca-se, no entanto, que a reprodução camponesa dá-se historicamente, sendo que a mesma acontece a partir de duas perspectivas. Se por um lado, a reprodução camponesa encontra-se subordinada ao próprio capital, pelo fato deste demandar formas não capitalistas de produção; por outro lado, a reprodução e recriação camponesa, muitas vezes negada pela produção de mercadorias, são garantidas essencialmente pela luta e resistência empreendida pelo campesinato.

Ou seja, a luta e resistência feitas no campo resultam, em parte, da incapacidade do capital em absorver toda a força de trabalho existente, pois as atividades econômicas oferecidas não comportam o contingente de trabalhadores existentes, e as políticas adotadas pelos governos não apresentaram alterações substanciais na estrutura social e econômica do campo, tendo em muitos casos agravado a situação de desigualdade social existente. Assim, as formas históricas de organizar a produção no campo têm expulsado as famílias de suas condições de produção e, não encontrando lugar na divisão social do trabalho urbano, para as famílias camponesas expropriadas, lutar pela terra assume a conotação de lutar pelo direito de viver no campo e nele trabalhar, morar, dele se alimentar, produzir para si e para os outros.

De acordo com Fernandes (1999), a luta pela terra é desencadeada pelos camponeses com o intuito de “entrar na terra e resistir contra a expropriação”, e é registrada em todos os períodos da história brasileira. Durante toda a formação sócio-econômica brasileira, um dos aspectos mais importantes do processo foi a luta pela terra em suas mais diferentes formas e organizações. Assim, em um contexto dicotômico de produção, a luta e resistência no campo permeiam a história desde antes da escravidão negra. A luta e resistência, inicialmente empreendida pela libertação humana da escravidão se transformam, no processo, contra o “cativeiro da terra”, pois libertos os homens, aprisionada é a terra.



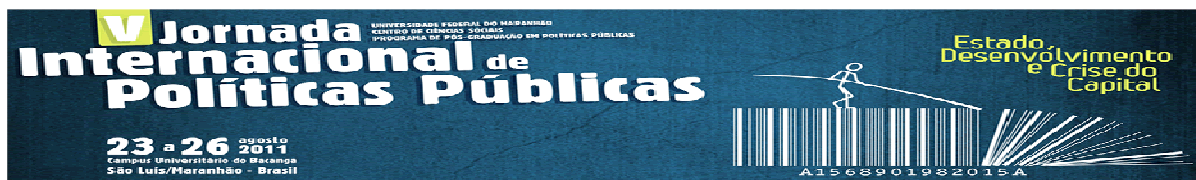
Assim, a luta desencadeada pelos camponeses no Maranhão não constitui fato isolado, mas sim inserida na formação sócio-econômica brasileira. E, como afirma Fernandes (1999, p.15)

Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa.

A historiografia registra grandes e pequenas, famosas e anônimas lutas que recheiam a vida do povo brasileiro e de forma particular o povo camponês. As lutas contra o cativoiro dos homens e da terra acontecem desde os séculos XVI e XVII, quando “aconteceram diversas lutas indígenas contra o cativoiro. De norte a sul, Potiguares, tamoios e Guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão” (FERNANDES, 1999a, p. 2), sendo seguidos pelos quilombos, pelas lutas messiânicas, pelo cangaço, pelas Ligas e pelos Sem Terra que lutaram incessantemente desde a época das capitânicas hereditárias até a atualidade, com os latifúndios travestidos de modernidade, transformados de improdutivos em *agribusiness*. Traço comum a todas as lutas, a todas as regiões, e a todas as épocas é a estrutura fundiária que vem sendo historicamente mantida com altos índices de concentração, índices estes que faz do país um dos mais concentradores de terra do mundo.

E, foi no contexto da atual dinâmica sócio-econômica do Maranhão, nas particularidades do denominado Eixo Carajás, que as famílias do assentamento Califórnia vão se organizar para garantir a produção e reprodução material de suas vidas, através da luta e conquista da terra. Eram famílias que tiveram que optar entre as possibilidades então vislumbradas: seguir os rumos do garimpo; seguir os trilhos do corredor Carajás e trabalhar em grandes obras como a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, ou as usinas de alumínio em construção na capital do estado; juntar-se à massa ululante do exército de trabalhadores ao redor das siderúrgicas instaladas no município ou então lutar pela retomada da terra expropriada no processo de produção agropecuária empresarial.

As famílias camponesas da Califórnia não seguiram a tendência migratória, mas também não aquiesceram à exploração direta do grande capital, e sua reação ao processo de expropriação e violência a que eram submetidos em suas várias localidades de moradia, foi o confronto direto com o capital ali instalado. Assim, e por isso foi que em 25 de março de



1996, cerca de 800 famílias organizadas pelo MST nas várias periferias de Imperatriz e Açailândia, principalmente, ocuparam a Fazenda Califórnia² ao imóvel denominado Fazendas Califórnia, Califórnia I, Divisor I, Divisor III, Divisor IV, Rosa Branca, Taúba, Nova, Santa Rosa, Alegria, União, Bandeirante, a conhecida fazenda Califórnia, área oficialmente registrada com 4.150.0908 hectares³.

Neste contexto, o assentamento Califórnia apresenta-se como importante espaço de luta e resistência camponesa. No primeiro momento, com a reterritorialização da terra através da ocupação da fazenda pelas famílias organizadas pelo MST, com a perspectiva da reforma agrária. A particularidade da luta pela terra e conseqüentemente pela reforma agrária através da ocupação de terra como estratégia de “demarcação de território” ganhou força com o surgimento de organizações políticas camponesas, principalmente com as Ligas Camponesas, surgidas na década de 1950 e que ocupavam os engenhos.

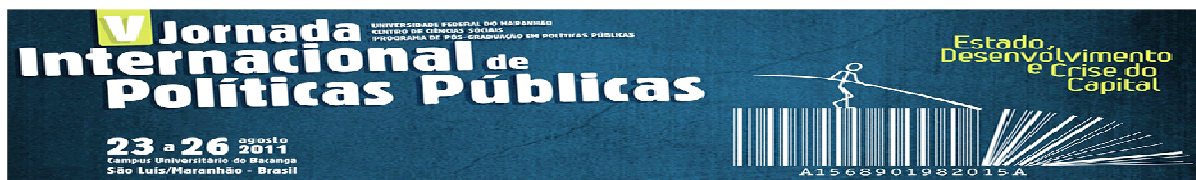
Assim, a ocupação da fazenda Califórnia, que no primeiro momento constitui-se em luta pela terra, assume a conformação da luta pela reforma agrária no estado, e particularmente na região, incorporando um misto de luta, enfrentamento e resistência em um contexto histórico cuja configuração é definida pelo poder sócio, econômico e político exercido pelo latifúndio. Tais famílias, então, se fizeram referência por se encontrarem convictas de que ocupar a terra, solo vazio, improdutivo, sem ocupação ou “serventia” naquelas condições tornara-se um ato legalista, considerando a argumentação da ação: a necessidade e a fome.

Porém, a luta empreendida pelas famílias camponesas no assentamento Califórnia, assume dimensão para além da luta pela terra, tornando-se referência política de enfrentamento à dinâmica do capital no estado, as famílias organizadas, enquanto movimento social através do MST, reforçam o sentido histórico da “insubmissão progressiva do campesinato brasileiro”. Tal fato dá-se porque tem-se na história,

(...) um campesinato brasileiro progressivamente insubmisso, primeiro contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis, depois contra a expropriação

² A Fazenda Califórnia era um imóvel composto pelas fazendas Califórnia, Califórnia I, Divisor I, Divisor III, Divisor IV, Rosa Branca, Taúba, Nova, Santa Rosa, Alegria, União, Bandeirante, a conhecida fazenda Califórnia.

³ O registro da área destinada ao assentamento, conforme consta nos documentos oficiais do INCRA é de 4.150,090 ha, no entanto, conforme medição feita pela equipe técnica responsável pela elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento - PRA do assentamento, a área que corresponde ao assentamento é de 6.024,9777 ha. (PRA, 20



territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e, já, agora, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na política econômica do Estado que cria e garante esta sujeição. (MARTINS, 1995, p. 9/10)

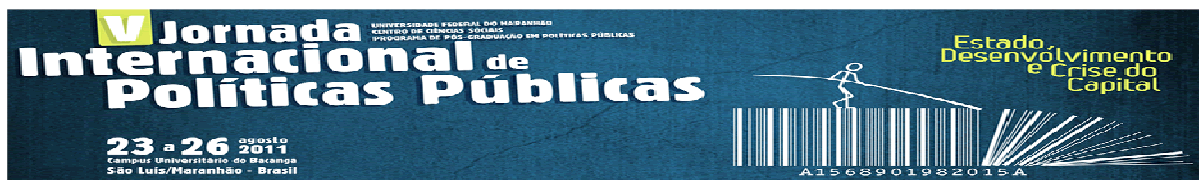
A ocupação da fazenda Califórnia, neste sentido, adquire papel de enfrentamento à “dominação pessoal de fazendeiros” da região, que historicamente simbolizam o poder político através do controle da terra e da grilagem; assim como contra a “expropriação territorial efetuada por grandes proprietários e empresários”, fenômeno que apresenta particularidade na dinâmica econômica do estado.

Também fica muito bem demarcada a ocupação da fazenda Califórnia “contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na política econômica do Estado” por adquirir um sentido de não submissão às formas e tipos de produção existentes, ou seja, a ocupação da terra disponibilizada para a produção patronal concretiza-se como uma denúncia pública do modelo produtivo adotado pelo capital e pactuado pelo Estado. Ocupar este tipo de terra é gritar à sociedade em geral a problemática do modo de produzir que predomina no campo, cujos métodos destrutivos são responsáveis por impactos e conseqüências sócio-ambientais graves. E, de forma particular, a ocupação significa a reivindicação camponesa do cumprimento dos preceitos constitucionais que discorrem sobre a função social da propriedade.

CONSIDERAÇÕES

A atual dinâmica econômica hegemônica do Maranhão encontra-se inserida na lógica expansionista do capital transnacional, assumindo na divisão internacional do trabalho o fornecimento de produtos primários para atender o mercado internacional. A produção, centrada nos setores industrial e agropecuário é responsável por compor o atendimento da demanda externa minérios, alumina, soja, celulose, bambu, cana-de-açúcar, dentre outros produtos.

No contexto desta dinâmica, o município Açailândia tem se configurado como espaço privilegiado do capital por congregar espaços de manifestações de todas as expressões desta produção. Sendo que a forma como este tipo de produção tem sido organizada afeta diretamente as várias dimensões da vida camponesa. E, no movimento contrário característico do capitalismo, o campesinato vem, historicamente, criando e recriando



formas de existência. Neste sentido, as famílias camponesas assentadas no assentamento Califórnia têm constituído referência de luta, fazendo com que a luta pela terra na região assuma a dimensão da luta contra a dinâmica econômica do capital ali estabelecida.

REFERÊNCIAS

FABRINI, João Edmilson. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato.** Terra Livre. São Paulo. N.º 19 jul/dez. 2002 – p.75-94.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: **500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes. Vol 93, nº 2. Petrópolis. 1999. Disponível em http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_19.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUIANIN, A. M. (org). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. UNICAMP, Campinas, 2005.

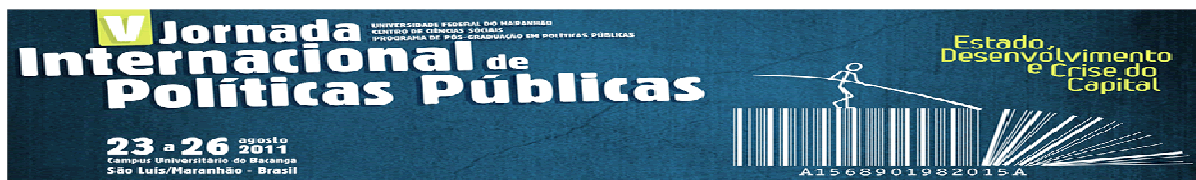
FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (1979 –1999).** Tese de doutorado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

IMESC. **Indicadores de conjuntura econômica maranhense.** Elaboração Felipe de Holanda. São Luis, 2008.

LOPES, Josefa Batista et al. **Transformações contemporâneas e sistema de controle social nas relações campo e cidade: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão.** Projeto de Pesquisa apresentado à CAPES. São Luis. 2006

MARTINS. José de Sousa. **Os camponeses e a política no Brasil.** Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis. 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** FFLCH/Labur Edições. 1ª edição. São Paulo, 2007



INFORMALIDADE DO TRABALHO NO MARANHÃO: bases históricas de um desenvolvimento dependente, desigual e desagregador.

Elder Carvalho dos Santos⁴

RESUMO

No presente texto fazemos algumas considerações sobre a informalidade do trabalho no Maranhão, nos marcos históricos do modelo de desenvolvimento econômico implementado desde os anos 1970/1980 mediante o qual esta unidade da federação insere-se nas estratégias de mundialização do capital na periferia do sistema.

Palavras-chave: Trabalho. Informalidade. Desenvolvimento econômico no Maranhão.

ABSTRACT

In this paper we address the informal employment in Maranhão, the landmarks in the economic development model implemented since the years 1970/1980 through which this unity of the federation is part of the strategies for the internationalization of capital in the periphery of the system.

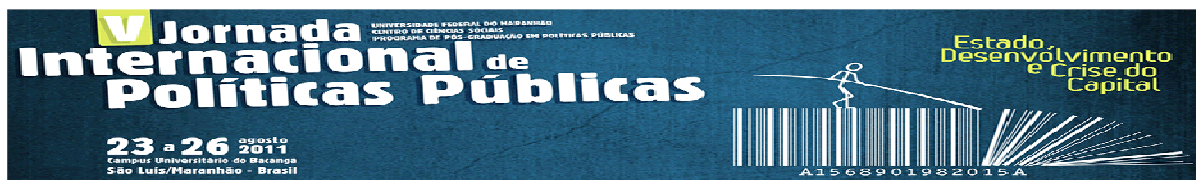
Palavras-chave: Labor. Informality. economic development in Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos na pesquisa “Informalidade do Trabalho e as Políticas de Emprego e Renda no Estado do Maranhão” desenvolvida como parte das atividades de iniciação científica realizadas entre agosto de 2009 a julho de 2010, no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social – GSERMS, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão com vínculo no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão,.

Aborda-se a informalidade do trabalho no Maranhão, nos marcos históricos do modelo de desenvolvimento econômico implementado desde os anos 1970/1980 mediante o qual esta unidade da federação insere-se nas estratégias de mundialização do capital na periferia do sistema.

⁴ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão.
e-mail:elderecs@yahoo.com.com.br



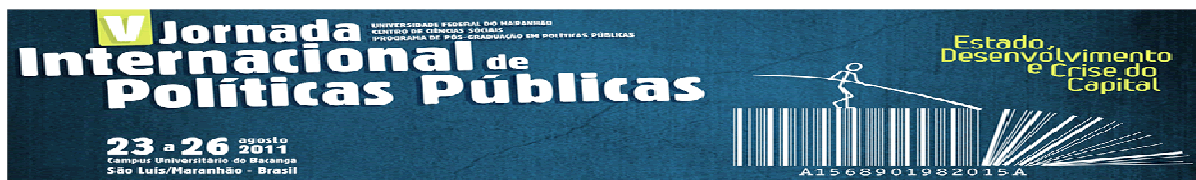
Demarca-se que tais processos geram grandes transformações econômicas, político-institucionais, culturais e sócio-espaciais e desestruturam as formas históricas de produção e trabalho do estado, sustentadas principalmente na agricultura de subsistência. Transformações estas que são aprofundadas ainda mais a partir dos anos 1990, pelo movimento de reestruturação do capital mundial e suas expressões particulares no contexto brasileiro, com a adoção das políticas neoliberais, a reestruturação produtiva, a financeirização da economia e a reforma do Estado.

Todas essas mudanças processadas nesse período afetam bruscamente a configuração do mercado de trabalho maranhense e suas relações de trabalho, tendo em vista o modelo de desenvolvimento adotado centrado no crescimento industrial e na produção para a exportação, que pouco absorve força-de-trabalho, ao mesmo tempo que expulsa grandes contingentes de força de trabalho do campo para às cidades, aglomerando assim um grande número de trabalhadores nas cidades que vão constituir nos termos de Marx o “exercito industrial de reserva” e dificilmente será absorvida pela indústria, ou pelos setores formais em geral. Trabalhadores estes que necessitam se reproduzir, assim vão sobreviver vendendo sua força de trabalho abaixo do valor de sua reprodução “normal” e/ou mantendo ou recriando algum tipo de condição autônoma de trabalho (ARCANGELI, 1995).

2. A INSERÇÃO DO MARANHÃO NAS ESTRATÉGIAS DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA PERIFERIA DO SISTEMA

O desenvolvimento da economia maranhense até o final da década de 1960 se dá basicamente por meio de curtos períodos em que ocorriam pequenos surtos de crescimento provocado por conjunturas favoráveis, nos quais ocorriam fortes aumentos na demanda pelos produtos que aqui eram produzidos (algodão, arroz e cana-de-açúcar), como nos período entre 1914-1918 no qual ocorreu a Primeira Guerra Mundial; e por longos períodos de estagnação e decadência nos quais a pecuária extensiva e a agricultura familiar tradicional predominavam. (IMESC, 2008).

A partir dos anos 1960 começa a se configurar no Estado um movimento de ruptura e mudança que modificará todas as estruturas construídas até este dado momento. Tem-se nesse período uma mudança no cenário político do Estado e com ela a inserção do mesmo na rota dos grandes investimentos estatais, que em sua maior parte serão direcionados à construção de uma infraestrutura para a instalação dos chamados Grandes Projetos. Os



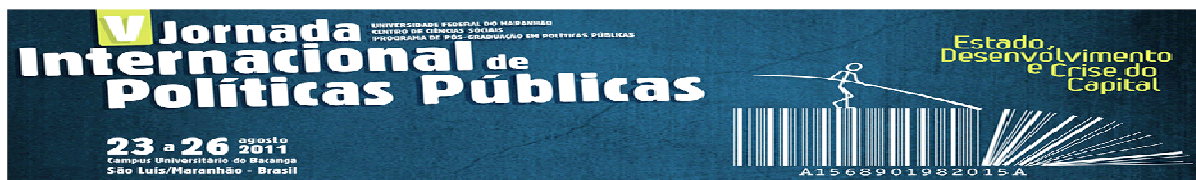
quais vão trazer consigo investimentos privados advindos do grande capital, que despontam por aqui em busca de matérias-primas e força de trabalho barata para expandir sua produção e abastecer seus mercados consumidores pelo mundo.

No cenário político, em 1965, José Sarney se elege Governador do Estado do Maranhão, a partir de insistente mobilização das oposições Coligadas e do decisivo apoio da Ditadura Militar instalada no Brasil em 1964. É durante o governo de Sarney (1966-1970) que “o Maranhão se insere ao processo de modernização conservadora que está sendo implementado pelo projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar” (Nascimento et al. 2010, p.23).

A inserção do Maranhão no processo de modernização conservadora proporciona uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista no Maranhão e o projeto de desenvolvimento/modernização como um todo implementado pelo Estado brasileiro/Ditadura Militar nesse período, proporcionará essa expansão do capitalismo em toda região Amazônica. Processo este, que irá “aprofundar as desigualdades sociais, acelerar a concentração fundiária, bem como aumentar a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando assim enormemente os conflitos no campo” por toda a região (Nascimento et al. 2010, p.23). Ele ainda irá proporcionar, a partir desses fatores já elencados, um acelerado processo de migração campo-cidade, que causará uma “explosão de crescimento” no contingente populacional dos grandes centros urbanos, os quais crescerão desordenadamente gerando mais uma série de problemas.

Constitui-se desta forma um quadro político-econômico e social no qual se disseminará a informalidade do trabalho tendo em vista que o trabalho informal irá se configurar como uma alternativa de trabalho e subsistência àqueles que não conseguirem emprego nas cidades e no campo, principalmente àqueles expulsos/expropriados de suas terras e meios de subsistência.

Nesse marco histórico acima é que o Maranhão se insere na rota do capital mundial, incentivado e conduzido pela mediação do Estado brasileiro, numa aliança político-econômica entre Governo Federal/Ditadura Militar, o Governo Estadual e o grande Capital Internacional. Inserção esta que ocorre principalmente através de dois processos fundamentais: pelo desenvolvimento industrial no setor minero-metalúrgico, através da inclusão do estado no Programa Grande Carajás, como espaço de transformação do minério de ferro extraído da Serra de Carajás no Pará em ferro gusa e escoamento para o mercado externo através do Porto da Madeira, localizado em São Luís, capital desse Estado, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje VALE; e da alumina e alumínio a



partir da extração da bauxita no Rio Trombetas no Pará pelo Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR) com escoamento via Porto construído por esta empresa na confluência do Estreito do Coqueiro com o Rio dos Cachorros em São Luís; e em segundo, pela expansão do Agronegócio no estado, inicialmente se desenvolvendo na região Sul e posteriormente avançando na região do semi-árido, caracterizado pelos extensivos plantios de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu (ABREU et al. 2010).

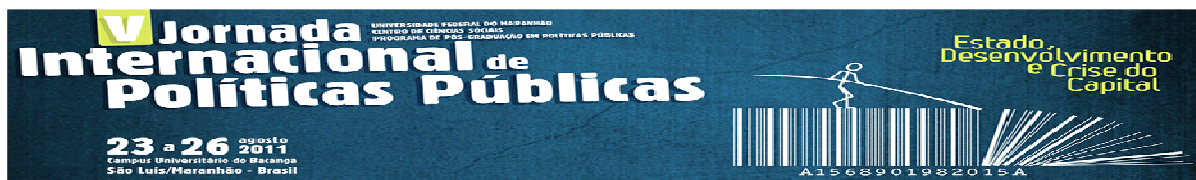
Enfatizamos que essa inserção do Maranhão na rota do capital mundial, ocorrida por meio desses dois processos geram grandes transformações econômicas, político-institucionais, culturais e sócio-espaciais e desestruturam as formas históricas de produção e trabalho do Estado, sustentadas na agricultura de subsistência, causando, dentre outros problemas: o êxodo rural e a concentração da população nos meios urbanos como já mencionado e nem se quer compensam esses impactos e transformações com a geração de emprego e renda, já que fazem pouco uso de força de trabalho em seus processos produtivos.

Esse processo de expansão industrial no Maranhão mesmo fomentando um crescimento econômico, refletido no aumento do produto interno bruto (PIB) do Estado, não gerou grandes ganhos sociais, pelo menos, não nas mesmas proporções dos investimentos e dos impactos causados. No que diz respeito à geração de emprego e renda, nem de perto conseguiu gerar os números propagandeados e largamente divulgados. E um dos fatores para isso foi o próprio momento em que ocorreu tal processo, em meio a crise internacional e reestruturação do processo de acumulação capitalista, em que o Brasil já sofria os efeitos desse processo e despontava no país as primeiras iniciativas no sentido da reestruturação e seus processos de flexibilização da produção e do trabalho.

3. A INFORMALIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL E NO MARANHÃO.

A partir do início dos anos 1990 começa a ser implementado no Brasil um novo modelo econômico, baseado nas premissas neoliberais, que desencadeia todo um processo de desregulamentação da economia, de reforma do Estado e de reestruturação do modo de produção das empresas, impulsionados pela abertura da economia durante o governo Collor (1989-1992).

Segundo Pochmann (2006), esse processo de abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira propiciou uma inserção passiva e subordinada do país na economia mundial que terminou por afetar profundamente o crescimento do país na década de 1990, o



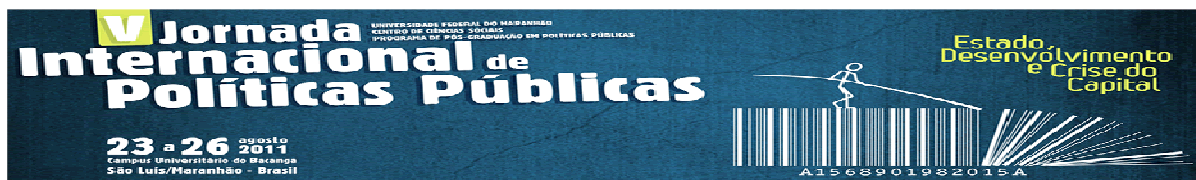
qual teve o pior índice de crescimento do século XX, cerca de 1,5% a.a (MATTOSO, 1999) e por destruir um grande número de ocupações urbanas e rurais existentes devido a ampliação das importações e da desnacionalização do parque produtivo nacional, dentre outros fatores. (POCHMANN, 2006)

Tal situação pode ser claramente percebida nos estudos feitos por Matoso (1999, p.18) quando este estima que 3,3 milhões de postos de trabalho formais foram extintos, durante a década de 1990.

Conforme Lira(2006), com a diminuição dos postos de trabalho na área industrial, acompanhada da flexibilização das relações de trabalho, aumenta-se o deslocamento da força de trabalho para o setor de serviços. Mas segundo a própria autora, embora o setor de serviços tenha se expandido, sua capacidade de gerar postos de trabalhos não se dá com a mesma rapidez com que os outros setores os eliminam, além de que os postos gerados no neste setor não condizem em termos de qualidade com os postos eliminados dos outros setores, ou seja, a expansão do setor de serviços como empregador da força de trabalho se dá prioritariamente através da geração de ocupações na informalidade (LIRA, 2006)

Aliado a esse processo, o governo desde a adoção do Plano Real promoveu sensíveis mudanças por meio de projetos de leis, leis complementares, medidas provisórias, portarias, entre outras modalidades de ação que promoveram uma flexibilização ainda maior na alocação do trabalho (trabalho por prazo determinado, flexibilização da legislação para a formação de cooperativas, suspensão temporária do contrato de trabalho, flexibilização da legislação existente sobre o trabalho por tempo parcial e trabalho temporário e demissão de servidores). Além disso, introduziram a flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração e por meio de Portaria n. 865/95 restringiu-se o poder de autuação da própria fiscalização do ministério do trabalho” (CUT, 2002 apud Barbosa, 2006). Tudo isso alterando profundamente as condições e relações de trabalho, deteriorando-as. Alterações que aliada a outros fatores aumenta ainda mais o desemprego e a informalidade do trabalho durante a década de 1990.

Conforme dados o IPEADATA(2009), o desemprego no Brasil cresceu durante todo o período pesquisado, partindo do patamar de 3,6% no ano de 1989 para 9,8% em 2002 e em 2007 encontrava-se em torno dos 8,9%(tendo pico de 10,4% em 2003). Já a informalidade medida nos métodos do IPEADATA, manteve-se durante todo o período estudado níveis acima dos 50%.



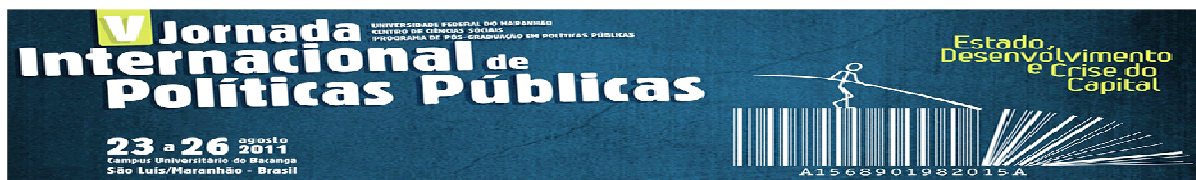
No Maranhão que sempre foi uma das unidades da federação menos desenvolvida econômica e socialmente o processo de reestruturação do capital vem agravar ainda mais todo um quadro socioeconômico precário já existente, aumentando de forma intensa a concentração de terra e de renda, assim como os índices de pobreza e violência do estado. Desestruturando ainda mais o desestruturado mercado de trabalho maranhense onde o assalariamento jamais se generalizou e os níveis de informalidade sempre foram altíssimos.

De acordo com dados da PNAD (IBGE, 2009) a população economicamente ativa do estado cresceu 24%. Sendo que no meio rural a PEA diminuiu 34%, cerca de -516.359 passando de 1.473.359 (em 1992) para 957.000 (em 2008), enquanto no meio urbano a PEA aumentou 97% (1.133.077), ou seja, o crescimento da PEA total ocorreu no meio urbano o qual ainda absorveu a redução do meio rural que migrou. Assim a PEA urbana passou de 892.923 pessoas, em 1992 para 2.026.000, em 2008.

Os dados sobre o rendimento dos trabalhadores no Maranhão, extraídos da PNAD-2007 (IBGE, 2009), mostra que 41,2% da população ocupada tem renda até um salário mínimo, 18,2% tem renda de mais de 1 a 2 salários mínimos e 28,8% não recebem nenhum rendimento. Somadas estas referências totalizam 88,2% da força de trabalho que não recebem nenhum rendimento ou recebem até 2 salários mínimos, o que mostra a baixa renda da maioria da população e a insuficiência para se reproduzir em condições normais, isto é, “dentro de um limite mínimo de sobrevivência, que inclui a reprodução biológica e a reprodução social, em condições econômicas e sociais historicamente determinadas”(ARCANGELI,1995)

Dados da PNAD (IBGE, 2009), mostram ainda o peso dos dois principais vetores de desenvolvimento do Maranhão na contratação de mão-de-obra, o qual é bastante reduzido e não vem se expandindo. Da população ocupada do estado de 2,6 milhões, em 2002, 45% encontrava-se na agricultura e apenas 6% na indústria de transformação, sendo que em 2008, estes setores representavam 35% e 6%, respectivamente, de uma população ocupada de 2,8 milhões. Mostrando assim que ao longo dos anos a agricultura vem diminuindo sua participação no emprego da mão-de-obra do estado enquanto a indústria vem mantendo a mesma proporção, bastante reduzida, durante todo o período.

Dados apresentados pela IMESC reforçam a fragilidade dos setores produtivos relacionados aos dois vetores econômicos aqui levantados: a indústria e a produção agropecuária. Segundo o IMESC (2008, p. 29), foram criados entre dezembro de 2006 a junho de 2008, 92.147 postos de trabalho, dos quais, apenas 33,7 mil, ou seja, 36,7% com carteira assinada. Do conjunto dos empregos criados, apenas 16.714 vagas foram



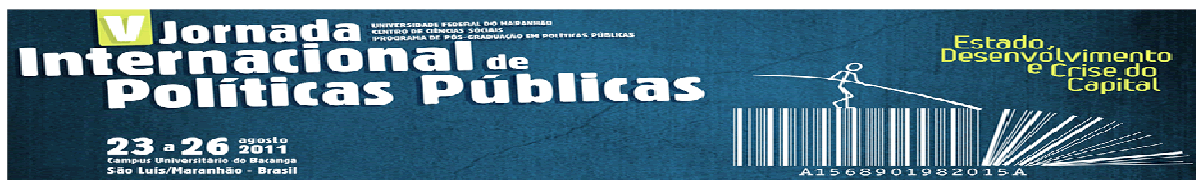
destinadas à indústria de transformação, enquanto na agricultura e silvicultura foram oferecidos 16.068 postos. Ressalta-se, no entanto, que dos números apresentados, apenas 8.093 e 2.493 dos postos criados, desfrutam da assinatura de carteira, respectivamente. Em termos percentuais, isto significa 8,78% com carteira assinada na indústria e apenas 2,71% na agricultura.

De acordo com o IMESC(2008), entre 1992 e 2006 o desemprego avançou no Maranhão do patamar de 2.3% para 16,6% da PEA, sendo que o desemprego urbano elevou-se a 21,1%. Ocorrendo uma decuplicação do numero de desempregados, que passaram do patamar de 55 mil pessoas em 1992 para cerca de 550 mil pessoas em 2006, sendo que cerca de 80% deste contingente localizado nas áreas urbanas do Estado, principalmente na capital. Já dados do IPEADATA, sobre a informalidade no maranhão mostram que a mesma alcança níveis extremos por aqui, marcando 84,8% em 1992, 81,3% em 2002 e em 2007 registrava 72,5%.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, constata-se a partir dos dados e das análises aqui expostas, que mesmo com todo o crescimento e “modernização” da economia no período (1980/2006) a geração de postos de trabalho não vem ocorrendo nas mesmas proporções do crescimento populacional das cidades, que se expande principalmente a partir de uma forte migração campo-cidade causada pela desestruturação das formas tradicionais de produção e trabalho do estado ocorrida a partir da implementação e expansão do setor minero-metalúrgico e pelo crescimento do agronegócio.

É necessário destacar a expansão do setor de serviços no período, que tem ocorrido principalmente a partir de duas frentes bem distintas: uma delas é através do processo de terceirização adotado inicialmente pelas grandes indústrias e posteriormente por quase a totalidade das empresas existentes no país a partir dos anos 1990, as quais buscando competitividade e redução dos custos externalizam boa parte de seu processo de produção; e a outra frente ocorre devido à diminuição dos níveis de emprego e de renda ocorrido no período, pois os trabalhadores desempregados na necessidade de se reproduzir, vão criar e recriar formas tradicionais de trabalho e/ou se submetem à formas de trabalho que não lhe garante nem a sua reprodução, nas quais se incluem os “bicos” e trabalhos autônomos no setor de prestação de serviços. Em ambas as frentes, essa expansão ocorre marcada pela

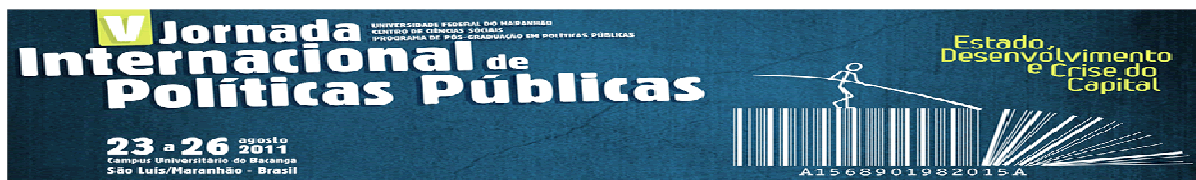


deterioração das condições de trabalho e renda, bem como pela elevação da informalidade do trabalho. Em suma, podemos concluir sobre o Setor de Comércio e Serviços que a expansão do mesmo como empregador da força de trabalho tem se dado por meio de uma precarização do trabalho, tendo em vista que sua expansão se dá prioritariamente através da geração de ocupações na informalidade.

Verifica-se também ao se analisar os indicadores sociais do Estado ao longo dos anos, que mesmo com as altas taxas de crescimento da economia maranhense nos últimos quarenta anos, não se realizaram as promessas de desenvolvimento apregoadas, o que vem ocorrendo é um aprofundamento da questão social, com a concentração da renda e da terra, manutenção de baixos índices de escolaridade da população, com uma alta taxa de analfabetismo e altíssimos índices de pobreza e desigualdade. Além de um processo de deterioração das condições de trabalho, como demonstrado anteriormente pela constatação do crescimento da informalidade.

Dados do IMESC (2008) nos permitem constatar, por exemplo, que entre o período de 1991 a 2000, a concentração de renda se intensifica no Estado. Em 1991, os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000, se apropriavam de apenas 1,2%; já os mais ricos que detinham 2/3 da renda (64%) passam a deter 69%. Tais contradições não param por aí, se fizermos um levantamento dos índices sociais do estado ao longo dos anos vamos encontrar poucas melhorias e em proporções longes das obtidas por outros estados ou mesmo pelo crescimento econômico apresentado no estado nesse período.

Todos esses dados mostram sem dúvidas que o modelo de desenvolvimento adotado no Estado centrado no crescimento industrial e na produção para a exportação pouco tem contribuído para o desenvolvimento social do Estado, causando sim, um agravamento da questão social e de suas expressões, tendo em vista que esse processo de desenvolvimento ocorre por meio da desestruturação das formas tradicionais de trabalho do Estado, pela expropriação das terras do trabalhador rural, pela deterioração das relações de trabalho e renda e pela intensificação da exploração do trabalhador. E nos dias atuais o que podemos perceber é que esse modelo de desenvolvimento tão cedo se modificará no Maranhão, considerando sua reafirmação a partir da implementação de toda uma nova leva de grandes empreendimentos no estado, como: a Usina Hidrelétrica em construção no município de Estreito, a Refinaria Premium I, da Petrobras a ser construída no município de Bacabeira, a expansão do Porto de Itaqui, e das instalações de produção da ALUMAR e da Vale, dentre muitos outros.



Empreendimentos estes, que, principalmente na visão da elite política, trará o desenvolvimento novamente ao Estado, salvando-o da estagnação e do atraso, proporcionando a solução para todos os problemas sociais aqui encontrados. Mas sabemos bem, ao olharmos para trás e analisarmos o processo anterior, que não é bem isso que irá acontecer se não houver uma modificação na forma e no direcionamento desse “desenvolvimento”.

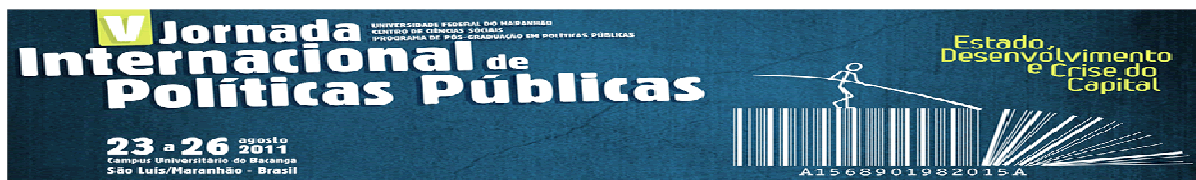
REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Tendências das Relações de Trabalho no Contexto da Expansão Capitalista no Maranhão**. Projeto de Pesquisa. UFMA/DESES, 2007.
- ABREU, Marina Maciel et al. **METAMORFOSES DO TRABALHO NO PROCESSO CONTEMPORANEO DE EXPANSÃO CAPITALISTA NO MARANHÃO**. Artigo Submetido ao XIII CBAS, 2010.
- ARCANGELI, Alberto. **Força-de-trabalho e Subdesenvolvimento: o caso do Maranhão**. In: Revista de Políticas Públicas, EDUFMA, janeiro/dezembro, 1995.
- BARBOSA, Rosangela Nair de carvalho. **Economia Solidaria: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 1ª edição, Editora Cortez , São Paulo, 2006.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicilio – PNAD, 1992-2008**. Disponível em: www.ibge.gov.br acesso 10/01/2009.
- IMESC. **Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão: nova série 2002 a 2005**. São Luis: Edição SEPLAN, 2008.
- IPEADATA. **Banco de dados estatísticos ipeadata**. Disponível em www.ipeadata.gov.br acesso dia 14/12/2009.
- LIRA, Isabel Cristina Dias. **Trabalho Informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade**. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 1ª edição, Editora Cortez , São Paulo, 2006.
- MARX, Karl. **A mercadoria**. In: O capital: critica da Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994. Livro 1, v.1.
- MATOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. 1ª edição, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.
- NASCIMENTO, Aline Teles; MORAIS, Marli Alcântara Ferreira **O MARANHÃO NOS TRILHOS DO AVANÇO?** Um Estudo Das Transformações Espaço-Temporais Da Indústria



Maranhense Na Sociedade Capitalista Do Tempo Flexível. IN: Cadernos de Pesquisa v. 16, n. 3. UFMA, São Luís , ago./dez. 2009

POCHMANN, Marcio. **DESEMPREGADOS DO BRASIL**. In: ANTUNES, Ricardo. (organizador). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2006. Cap.19, p.59-73.



TERCEIRIZAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL MÍNERO-METALÚRGICA DO MARANHÃO: estratégia de redução de custos e a conseqüente precarização do trabalho e emprego.

Lucianna Cristina Teixeira Soares⁵

RESUMO

Estudo sobre a terceirização na produção industrial mínero-metalúrgica do corredor de exportação Carajás (PA) – Porto Ponta da Madeira (MA) como partícipe do processo de reestruturação produtiva e de implementação de políticas de orientação neoliberal que consolidou o atual paradigma de organização e gestão da produção e do trabalho, o toyotismo e como prática que visa a redução dos custos com a produção e reprodução da força de trabalho, sendo o elemento central da flexibilização e da precarização do trabalho, processos que se tornaram hegemônicos no atual momento de capitalismo mundializado.

Palavras-Chave: Terceirização. Corredor de exportação Carajás (PA) – Porto Ponta da Madeira (MA). Precarização.

ABSTRACT

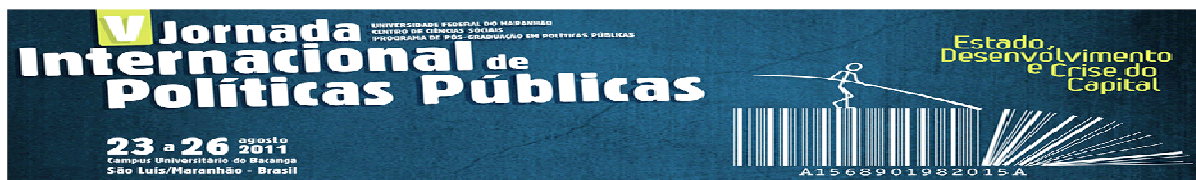
Study on outsourcing in the mining and metallurgical industrial production of export corridor Carajás (PA) - Porto Ponta da Madeira (MA) as a participant in the restructuring process and the implementation of neoliberal policies that established the current paradigm of organization and management production and labor, the Toyota is a practice aimed at reducing the costs of production and reproduction of labor power, the central element of flexibility and precariousness of work, processes that have become hegemonic in the current moment of global capitalism.

Keywords: Outsourcing. Corridor Carajás (PA) - Porto Ponta da Madeira (MA). Precariousness.

1. INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX marcam o início de um novo ordenamento para o mundo do trabalho oriundo das práticas de reorganização dos processos de trabalho e de produção de mercadorias e da implantação de ajustes político-institucionais mediados pelo Estado sob o neoliberalismo, estratégias articuladas de superação da crise capitalista da década de 1970. Tal reordenamento foi fundamental na dinâmica de desestruturação do

⁵ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão.
e-mail: luciannacristianna@hotmail.com



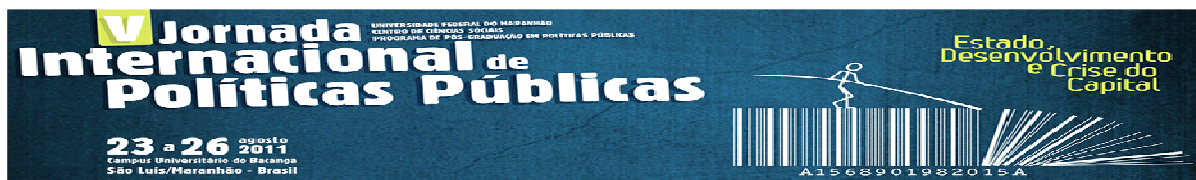
mercado de trabalho, o qual sofre reconfigurações de acordo com as necessidades de avanço da acumulação capitalista, afetando diferentemente, ao longo da história, as várias gerações de trabalhadores e suas famílias, num conjunto de mudanças que conformam perdas, precariedade e inseguranças.

Nesse quadro, o recuo do sistema taylorista/fordista e a consolidação do padrão toyotista partir do início da reestruturação do capital em escala mundial trouxe como consequência a fragilização e a redução do proletariado industrial, tradicional, especializado, manual e estável, com vínculo empregatício formalizado e abrangido com alguma proteção social, o qual foi substituído por formas mais desregulamentadas de trabalho.

Tal processo se dá num contexto de avanço da mundialização da economia, como necessidade histórica do movimento expansionista do capital e de escolhas do empresariado que, para manter sua reprodução em condições de lucratividade, “precisa destruir radicalmente a resistência operária e sindical, através do desmantelamento, da desintegração, da individualização dos coletivos de trabalhadores, buscando reduzir e limitar ao mínimo necessário a socialização do trabalho e a construção de sujeitos coletivos” (Druck, 1999, p.10).

O Maranhão, como um estado pertencente às regiões nordestina e amazônica, apresenta-se como uma das unidades da federação brasileira que mais expressa a expansão destrutiva do capitalismo em regiões periféricas. Dessa forma o processo de reestruturação produtiva associado à adoção de políticas de ajuste neoliberal impulsionou a inserção do estado na rota mundial de expansão do capital a partir da década de 1980, mediante dois vetores econômicos articulados: o primeiro vetor diz respeito ao processo de industrialização através da instalação de um complexo mineiro-metalúrgico, partícipe do planejamento desenvolvimentista governamental contido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) com vistas à integração político-econômica da Amazônia Oriental na dinâmica do capital internacional; e o segundo vetor refere-se ao desenvolvimento do agro-negócio inicialmente no sul do Maranhão avançando na região do semi-árido (Abreu et all, 2010).

A industrialização através do complexo mineiro-metalúrgico é desenvolvida no âmbito do Programa Grande Carajás (PGC) implantado no estado em 1976 sob o discurso de proporcionar desenvolvimento e gerar empregos, e se sobressai como a principal frente da política de desenvolvimento para a Amazônia, convertendo esta unidade da federação em um “corredor de exportação”. No entanto, tinha em vista “o pagamento da dívida externa, em detrimento da produção de alimentos, base econômica do modelo agrícola no qual se sustentou historicamente o desenvolvimento do estado” (ABREU, 2008, p.11). Nesse



contexto, houve a “desestruturação das formas históricas de produção e de trabalho e reduzida absorção da demanda da força de trabalho existente no estado” (idem). “De fato, cresceram o desemprego, o subemprego, o êxodo rural, o agravamento da questão fundiária e as tensões sociais” (BARBOSA, 2002, p.124).

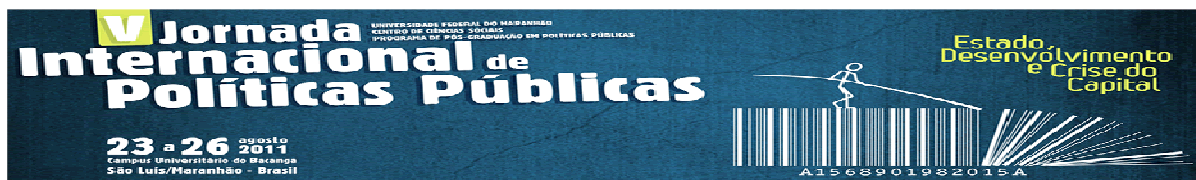
É no contexto de implantação dos Grandes Projetos industriais que a mineradora Vale, privatizada em 1997, instala-se no Maranhão e obtém a concessão do governo brasileiro para explorar uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo localizada na Serra de Carajás-PA, estado que faz fronteira com o Maranhão. Nesse sentido, o Projeto Ferro Carajás, integrante do PGC, é adotado como a principal meta da estratégia empresarial da Vale, consistindo na construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e do terminal portuário Ponta da Madeira, efetivando a integração do sistema mina-ferrovia-porto e consolidando finalmente na Amazônia Oriental a política de ocupação e integração dessa região ao mercado nacional e internacional.

Assim, a expansão do capitalismo no Maranhão teve como fundamento “o incentivo à iniciativa privada, como essencial para a ruptura com o atraso e ingresso definitivo na chamada modernidade capitalista” (BARBOSA, 2002, p.88), contando ainda, com as implicações do reordenamento do aparelho do Estado sob as mais diversas formas: subconcessão, flexibilização, desregulamentação, terceirização, etc.

A terceirização vem sendo utilizada na produção industrial do corredor de exportação Carajás/PA – Porto Ponta da Madeira/MA, fundamentalmente, como estratégia para a redução de custos com a produção e reprodução da força de trabalho, seja em atividades-meio, seja em atividades-fim, no intuito de permitir que a Vale obtenha ganhos em produtividade e em lucratividade. Esse processo tem contribuído para a demissão de trabalhadores efetivos, evidenciando o quadro de precarização e insegurança no trabalho a que estão expostos, que se soma à pressão de passar à condição de terceirizado, constituindo cooperativas ou firmas individuais, e assumindo, dessa forma, “os custos da responsabilidade social, legal e econômica da atividade de trabalho” (Druck e Franco, 2007, p.105).

2 A TERCEIRIZAÇÃO NA PRODUÇÃO MÍNERO-METALÚRGICA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO E OS REBATIMENTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

A terceirização, prática advinda com as novas formas de gestão e organização do trabalho de inspiração japonesa, configura-se como o principal tipo de descentralização produtiva que ocorre no Brasil, principalmente a partir da década neoliberal de 1990, surgindo como fator reativo e como procedimento estratégico das corporações



transnacionais que procuravam recompor os circuitos de valorização do capital desenvolvendo novas redes de subcontratação.

Nesse sentido, os termos *terceirização* e *subcontratação* são utilizados no Brasil para nomear o movimento de transferência ou de repasse a um “outro”, a um “terceiro”, uma atividade que estava sendo desenvolvida pela empresa ou que poderia ser feita por ela. Esse processo, geralmente, é justificado pela busca de maior produtividade, lucratividade e redução de custos com a produção e reprodução da força de trabalho, sendo discutível a manutenção da qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos por empresas terceirizadas/subcontratadas.

O recurso à terceirização com enfoque excessivo e/ou exclusivo na redução de custos além de comprometer a qualidade da produção e dos serviços, resulta na precarização do trabalho e do emprego traduzida pela menor segurança e estabilidade no emprego, pelo nível salarial bem inferior em relação ao da empresa contratante, pela perda de benefícios e maiores jornadas de trabalho, pela ausência de condições ambientais e de segurança no trabalho, pela exigência de menor qualificação, entre outros rebatimentos que trazem sérios problemas para a classe trabalhadora.

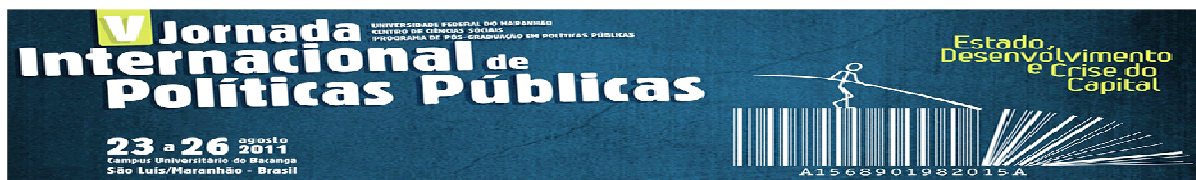
O que se pode afirmar, a partir de vários estudos de casos brasileiros, é que [a terceirização] tem priorizado, quase exclusivamente, a redução de custos, em detrimento da qualidade, como forma de adquirir competitividade (Druck, 1999, p.149).

O processo de precarização é entendido num contexto de ampliação da insegurança e instabilidade, no qual a terceirização/subcontratação assume centralidade a partir das novas formas de organização do trabalho e do recuo do Estado em seu papel de regulador do mercado de trabalho e do sistema de proteção social.

Nesse contexto, a precarização e intensificação do trabalho incidem tanto nos trabalhadores que permanecem inseridos no mercado formal de trabalho, como para os que presenciam diversas modalidades de trabalho precarizado, como os terceirizados e subcontratados (Druck e Thébaud-Mony, 2007, p.30), e tem levado a uma crescente degradação do trabalho, da saúde e vida dos trabalhadores, assim como da vitalidade das ações sindicais. Para Bourdieu, a precarização caracteriza-se como um

regime político [...] inscrita num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração (1998 apud Druck e Thébaud-Mony, 2007, p.33).

O debate acerca da precarização do trabalho no Brasil está intimamente ligado aos resultados e impactos da flexibilização, cujas noções que marcam as análises são a



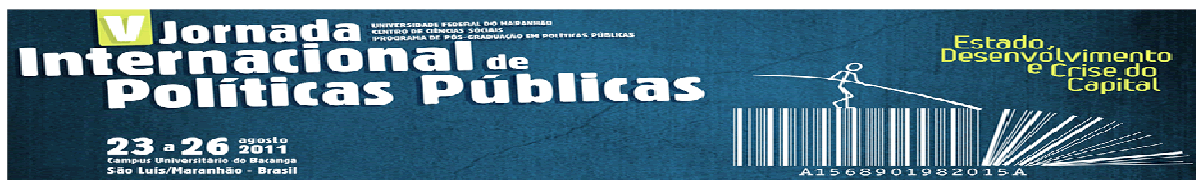
fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilização dos coletivos, a crise dos sindicatos, a informalização do trabalho e, a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão conteúdo à ideia de precarização, considerada como a implicação mais forte da flexibilização e da terceirização.

Para Druck (1999), a terceirização é entendida como uma rede de subcontratação que está intimamente ligada ao modelo japonês de organização do trabalho e da produção. O sistema toyotista impõe novas relações entre as empresas através das redes de fornecedores e de subcontratação, criando a partir dessas relações uma gestão mais horizontal e integralizada com as pequenas e médias empresas que produzem para as grandes corporações. Nesse caso, as redes de subcontratação ou as empresas terceirizadas compõem atualmente a estrutura das relações inter-empresariais, visto que, já faz parte da estrutura produtiva da economia capitalista contemporânea “uma relação de complementaridade entre as grandes empresas e as micro, pequenas e médias empresas” (Druck, 1999, p.123).

Assim, entende-se que o processo de reestruturação produtiva trouxe consigo a estratégia da terceirização, inicialmente, dos serviços considerados atividades-meio da produção industrial. Assim, algumas atividades deixam de ser compreendidas como integradas ao sistema produtivo, ou seja, como parte da atividade total da empresa, e passam a compor as chamadas atividades-meio, acessórias; ainda que sejam importantes, não figuram como atividades-fim, e por isso não ocupam o mesmo patamar das atividades desenvolvidas dentro da planta da empresa, com sérios prejuízos para os trabalhadores contratados para a realização dessas atividades. Nesse caso, a separação entre atividades-fim e atividades-meio foi estabelecida pelo capital tendo em vista a sua necessidade de ampliação das margens de lucros.

Essa externalização assume várias formas: contratos de trabalho domiciliar, contratos de empresas fornecedoras de componentes, contratos de serviços de terceiros (empresas ou indivíduos) e contratos de empresas cuja mão-de-obra realiza a atividade produtiva ou o serviço na planta da contratante (Druck, 1999, p.126).

Desse modo, entende-se que a terceirização tem implicado um processo de precarização intra e extrafabril. No âmbito da fábrica, evidencia-se nas condições de trabalho e salariais e na criação de duas categorias de trabalhadores: os efetivos – ainda fordistas –, constituindo cada vez mais uma minoria, uma “elite”, e os subcontratados –



segmento que se amplia rapidamente –, trabalhadores precários, em geral, discriminados e considerados “desclassificados”.

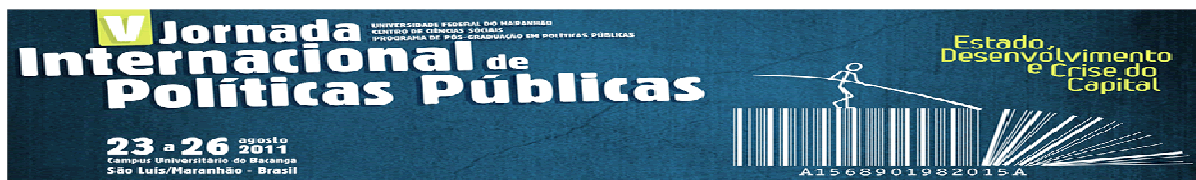
A terceirização “à brasileira” reduz não apenas o emprego no conjunto da economia, mas também leva à eliminação exatamente de postos de trabalho melhor remunerados (salários e benefícios) nas grandes empresas e à sua substituição por empregos menos importantes ou de pior qualidade nas terceiras (Druck, 1999, p.147-148).

Já no plano extrafabril, a terceirização tem levado a um crescimento acelerado do mercado informal de trabalho, com a precarização dos vínculos empregatícios e com o aumento dos trabalhadores por conta própria, em grande parte prestadores de serviços terceirizados para as grandes empresas (Druck, 1999, p.11), e dos sem vínculo empregatício (sem carteira assinada).

Como resultado dessas práticas flexíveis de trabalho, tem-se a redução crescente redução do emprego e do uso da força de trabalho no setor industrial proporcionalmente à expansão do setor terciário e à concentração da imensa maioria da mão-de-obra em atividades terciárias. O setor de serviços, constituído massivamente por terceirizados, vem incorporando parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do perverso processo de reestruturação produtiva, de implementação de políticas neoliberais, do cenário de desindustrialização e privatização (Antunes, 2005) acentuando o histórico caráter excludente do padrão de acumulação capitalista no país. A forma como o capitalismo se desenvolve em escala global, “sugere a tendência de que, em décadas, o setor industrial estará tão reduzido em sua capacidade de empregar mão-de-obra, quanto hoje o setor primário (Dal Rosso, 2008, p.37).

As transformações tecnológicas tendem a afetar mais profundamente o trabalho industrial, substituindo mais velozmente o trabalho por máquinas e ultimamente por robôs inteligentes, conduzindo as sociedades em função das estruturas setoriais de seus empregos para sociedades que podem ser descritas como de serviços pelo fato de terem a maioria de sua força de trabalho ocupada nesse setor e não nas atividades industriais (Dal Rosso, 2008, p.37).

A partir dos dados acima expostos, sustenta-se que o setor de serviços, o mais vulnerável à precarização do trabalho e sendo fomentado continuamente pelo processo de terceirização, é duplamente determinado. Primeiro, pela necessidade capitalista de enxugar ao máximo a planta produtiva para reduzir os custos com a produção e reprodução da força de trabalho, deslocando os trabalhadores para a área de serviços. Segundo, pela instalação de grandes indústrias em áreas outrora impensáveis, distantes dos pólos industriais



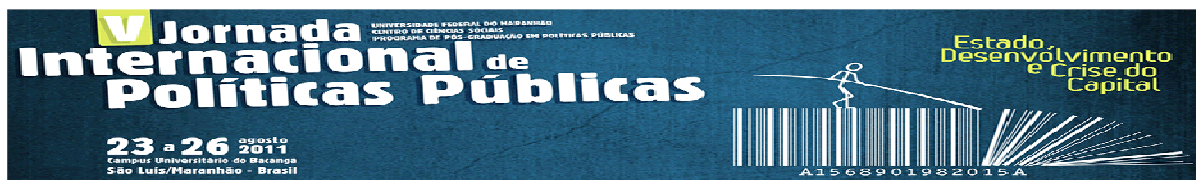
tradicionais, provocando repentina industrialização e urbanização, e criando a necessidade da prestação de serviços essenciais às unidades produtivas e à população migrante.

Em 2007, o Relatório de Sustentabilidade da Vale (Vale, 2009) esclarecia que a empresa empregava 147,9 mil trabalhadores, sendo 57 mil empregados próprios (com contrato de trabalho por prazo indeterminado) e 90,9 mil terceirizados (prestadores de serviço em atividades permanentes e em projetos). Em 2008, eram 62,5 mil empregados próprios e 83,2 mil terceirizados, totalizando 145,7 mil trabalhadores. De 2008 para 2009, a força de trabalho foi reduzida em 3,5%, o que corresponde, em números absolutos, a 5,1 mil trabalhadores demitidos. Isso significa que em 2009, o total de empregados, entre próprios (60 mil) e terceirizados (80,6 mil) somavam 140,6 mil trabalhadores, dos quais 78% com atuação no Brasil (37% no estado do Pará e 10% no Maranhão). Em 2009, a Vale contava também com aproximadamente 1.565 empregados próprios com contrato de trabalho por prazo determinado, dos quais 31% eram aprendizes operacionais no Brasil.

Nessa linha, os dados obtidos junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Maranhão, Pará e Tocantins – STEFEM confirmam a existência de empresas contratadas e subcontratadas no âmbito da Vale, prestadoras de serviços terceirizados ao longo do corredor de exportação. Em 2009, foram identificadas 124 empresas contratadas diretamente pela Vale que empregavam 7012 trabalhadores. Dentre alguns dos serviços prestados, estavam os de informática, programação de computadores, consultoria, dedetização, climatização, limpeza industrial, vigilância e segurança armada, montagem eletromecânica, obras civis de pequeno e médio porte, transporte de cargas e de empregados efetivos e contratados, acompanhamento de empresas contratadas, manutenção da infra-estrutura ferroviária, dos vagões e locomotivas, dos veículos industriais, serviços de caldeiraria e usinagem, serviços de levantamento topográfico, serviços portuários.

Também em 2009, foram identificadas 39 empresas contratadas pela Vale que subcontrataram outras 104 empresas, somando um total de 2335 trabalhadores, que realizavam diversos serviços, como: portaria e recepção, vigilância e segurança armada, montagem eletro-mecânica, execução de obras civis de pequeno e médio porte, elaboração e execução de projetos, consultoria técnica, informática, contratação de motoristas, manutenção preventiva de equipamentos e de fabricação, recuperação, montagem e desmontagem de estruturas.

Em 2010, foram identificadas 128 empresas contratadas diretamente pela Vale que empregavam 7883 trabalhadores. Dentre alguns dos serviços prestados, estavam os de engenharia, informática, arquivamento de documentos técnicos, consultoria, dedetização,

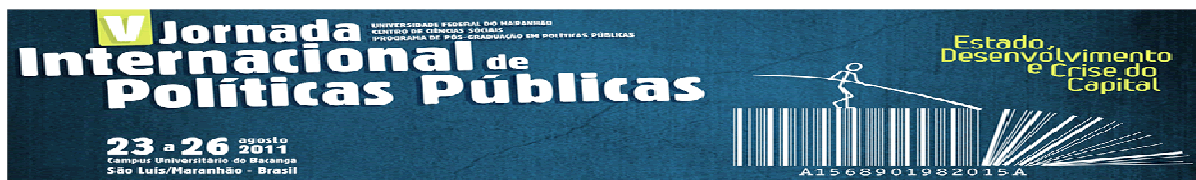


climatização, limpeza predial e industrial, vigilância e segurança armada, gestão de terceirizadas, perfuração de poços, locação de veículos, construção, ampliação, reforma e manutenção da infra-estrutura ferroviária, dos vagões e locomotivas, transporte e movimentação de cargas, serviços de caldeiraria e usinagem, pesquisa mineral.

A análise dos dados obtidos junto ao Sindicato dos Ferroviários permite-nos destacar a existência de empresas contratadas pela Vale para serem responsáveis pela gestão dos contratos de serviços prestados por terceiros, o que é denominado de quarteirização, um processo que permite substancial redução dos custos pela eliminação de volumosa estrutura de controle. Além disso, nota-se o fato de que as empresas possuem suas matrizes nos vários estados brasileiros, assumem diferentes portes, firmam muitas vezes mais de um contrato de prestação de serviços, e figuram, ora como contratadas, ora como subcontratadas.

E, considerando o que dispõem os arts. 581, § 2º e 236 da CLT, os quais tratam, respectivamente, sobre a atividade preponderante de uma empresa e a caracterização das atividades-fim relacionadas com as operações ferroviárias, e que as atividades-fim da Vale consistem na geração de energia elétrica para consumo próprio, nas ações de pesquisa com vistas ao desenvolvimento mineral, na exploração, beneficiamento e comercialização mineral e nos serviços de logística, destaca-se ainda, a existência da terceirização ilegal de atividades-fim praticada pela Vale no âmbito da Estrada de Ferro Carajás, ocorrendo nas áreas de maior incidência, como nos serviços de manutenção da via permanente, nos serviços portuários, nas oficinas de todo tipo (soldagem, manutenção de vagões, por exemplo), fazendo com que o sindicato ajuizasse ações na justiça para obrigar a Vale a iniciar o processo de primarização dos trabalhadores terceirizados dessas atividades.

De acordo com Durck (1999:105), práticas de gestão como a terceirização, que já foram testadas e aplicadas anteriormente em várias empresas e setores, assumem nesses últimos anos, um caráter “epidêmico”. Rapidamente, passam a ser predominantes em todas as atividades e setores da economia, seja da produção industrial, nas pequenas, médias e grandes empresas, seja nos serviços e no comércio. A terceirização, particularmente, além de difundir-se ampla e rapidamente, muda também o tipo de atividade terceirizada, “atingindo não somente aquelas áreas consideradas periféricas – os serviços de apoio (alimentação, limpeza, transporte etc) –, como também as nucleares ou centrais (produção/operação, manutenção, usinagem etc).



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as transformações contemporâneas no Maranhão permite apontar a intensificação da exploração do trabalhador mediante a precarização das relações e condições de trabalho no campo e na cidade, destacando a terceirização, como se verifica no âmbito da Vale, traduzindo-se numa estratégia de diminuição dos encargos trabalhistas, com sérios prejuízos para a classe trabalhadora e para a sociedade. A terceirização materializa o repasse de atividades que até então eram desenvolvidas no interior da planta dessa empresa, para uma ampla rede de empresas contratadas e subcontratadas, especializadas na fabricação de alguns componentes e na prestação de determinados serviços.

Estes movimentos impulsionam em todo o estado a expansão da área dos serviços, em decorrência do processo de liofilização dos processos produtivos industriais com a distinção entre as atividades-fim e as atividades-meio ou serviços que compõem a chamada logística, assim como a ampliação e diversificação das demandas por serviços advindas da criação e recriação dos espaços urbanos.

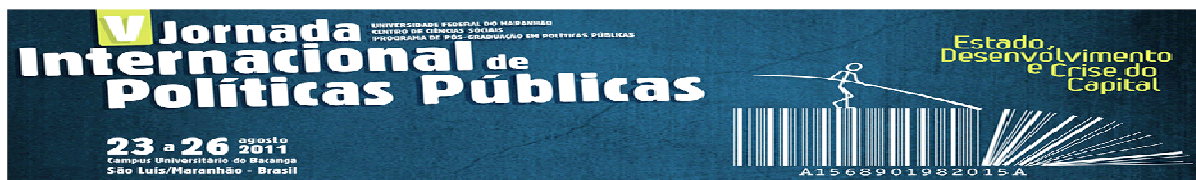
No corredor de exportações Carajás - Porto Ponta da Madeira, os dados sobre a terceirização apontam a criação de novos empregos, mas, reafirmam esta prática como uma importante estratégia de exploração do trabalho, a qual se apresenta como uma das principais modalidades da inserção do trabalhador na produção industrial nesse contexto. As conseqüências da terceirização manifestam-se principalmente, mediante: a drástica redução da contratação direta da força de trabalho, a desregulamentação das relações trabalhistas, a alta rotatividade no emprego, o rebaixamento dos salários, o prolongamento da jornada de trabalho, uma maior extração de mais-valia do trabalho vivo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Tendências das Relações de Trabalho no Contexto da Expansão Capitalista no Maranhão**. Projeto de pesquisa. Departamento de Serviço Social e Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luis/MA. 2008.

_____; Tendências das relações de trabalho no contexto da expansão capitalista no Maranhão (2007-2010). **Relatório da pesquisa**. UFMA/PPGPP/GSERMS, 2010.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.



ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007, 12ed.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: luta de classe e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2002.

BRASIL. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974.** Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, para o período de 1975 a 1979. Disponível em: <http://www.planato.gov.br>. Acesso em: 24 jul. 2010.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!:** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. Salvador/BA: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) / Boitempo Editorial. 1999.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Pulo: Boitempo, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2009.** Disponível em: <http://www.vale.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2010.

NAS MALHAS DO TRABALHO ASSALARIADO: a proletarização dos pequenos produtores rurais em Açailândia – MA.

Luciano Amorim Mesquita⁶

RESUMO

Este artigo aborda o fenômeno do processo de proletarização dos pequenos produtores rurais na cidade de Açailândia-MA, como um caso particular de metamorfose das classes sociais, no caso o trabalhador rural, no contexto da instauração do complexo mineiro-metalúrgico na região. Para tanto, destaca as expressões e implicações da penetração do capital no campo maranhense, situando esse processo no marco das transformações contemporâneas capitalistas no estado.

Palavras-chave: Proletarização, pequenos produtores rurais, classes sociais, transformações contemporâneas capitalistas.

ABSTRACT

This article discusses the phenomenon of the process of proletarianization of small farmers in the town of Açailândia-MA, as a particular case of transformation of social classes, for rural workers in connection with the implementation of the mining-metallurgical complex in the region. To do so, expressions and highlights the implications of the penetration of capital in the field of Maranhão, placing this process within the framework of contemporary transformations in the capitalist state

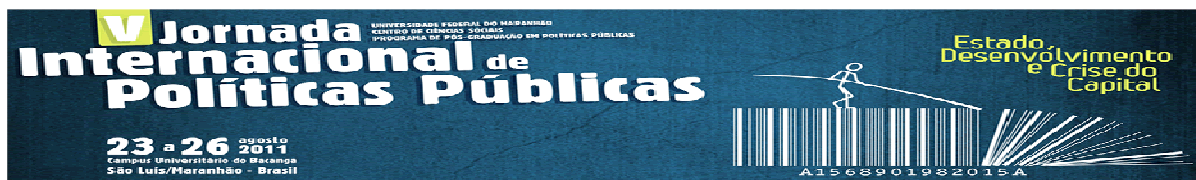
Keywords: Proletarianization, small farmers, social classes, contemporary capitalist transformations.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem sobre o fenômeno do processo de proletarização dos pequenos produtores rurais no contexto das transformações contemporâneas capitalistas no estado do Maranhão, especificamente na cidade de Açailândia – MA.

* Este texto é uma versão sintética do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO CONTEXTO DA INSTAURAÇÃO DO COMPLEXO MÍNERO METALÚRGICO EM AÇAILÂNDIA-MA”.

⁶ Assistente Social graduado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
e-mail: lu18_mes@yahoo.com.br



Tal fenômeno deve ser compreendido como uma particularidade nas metamorfoses das classes sociais, em particular a classe trabalhadora rural no contexto da sociedade brasileira, tendo em vista o avanço e consolidação do capitalismo no campo.

As transformações que levaram amplos segmentos da classe trabalhadora rural a se inserirem nas malhas do assalariamento têm origem na década de 1960, quando se processam profundas alterações na estrutura sócio-econômica do Maranhão, no contexto da modernização conservadora promovida pelo Estado, engendrando um amplo movimento que exerce profunda incidência sobre a classe trabalhadora rural, especificamente sobre os pequenos produtores que são proletarizados.

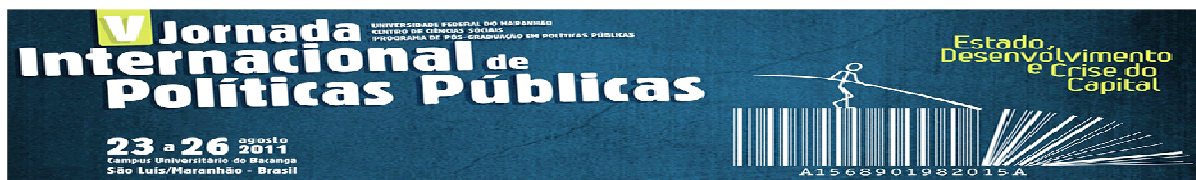
Destarte, na base dessas transformações no estado está a penetração do capital no campo, que foi viabilizada mediante todo um aparato institucional expresso nas políticas agrícolas e agrárias, num processo que beneficiou o latifúndio, ao mesmo tempo em que não propiciou condições favoráveis para a permanência dos trabalhadores no campo e o desenvolvimento da agricultura familiar - base produtiva histórica da quase totalidade dos trabalhadores rurais e de significativa importância no Maranhão (LOPES, 2006; SILVA, 2004).

Nesse contexto, cresce o número dos casos de grilagem, o que fez com que grande número de trabalhadores perdesse a posse da terra onde trabalhavam para os grandes proprietários, grileiros e empresários; houve a expansão da pecuária, ocupando grandes áreas de terra, em detrimento da agricultura familiar a qual veio a sofrer um grande impacto a partir da instalação dos grandes projetos de desenvolvimento, com os quais se dá a implantação do complexo minero-metalúrgico no estado, se concentrando com expressividade em Açailândia.

2 EXPRESSÕES SOCIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS CAPITALISTAS NO MARANHÃO

As transformações sócio-econômicas capitalistas instauradas no bojo da implantação e expansão do capital monopolista a partir do final da década de 70 começam a se instaurar na particularidade do estado do Maranhão mediante dois vetores⁷.

⁷ Esta é uma tese com a qual os membros pesquisadores do GSERMS (Grupo de Estudos, Pesquisa e Debate em Serviço Social e Movimento Social) trabalham na pesquisa intitulada "TRANSFORMAÇÕES E SISTEMAS DE



De acordo com Abreu e Lopes (2007), um desses vetores compreende as grandes e modernas empresas nacionais como ALUMAR e VALE, com o segmento minero-metalúrgico, se concentrando na parte oeste do estado, que abrange também a monocultura do eucalipto e o CLA (Centro de Lançamento de Alcântara). O outro vetor é o agronegócio com a plantação e exportação da soja, que se iniciou no Sul do estado, especificamente na década de 90, com o apoio do governo através de incentivos fiscais (MIRANDA, 2003), se concentrando primeiramente na região de Balsas, mas atualmente penetra em todo o estado, alterando intensamente as condições de produção e reprodução social das famílias que vivem nas regiões onde são instalados esses empreendimentos.

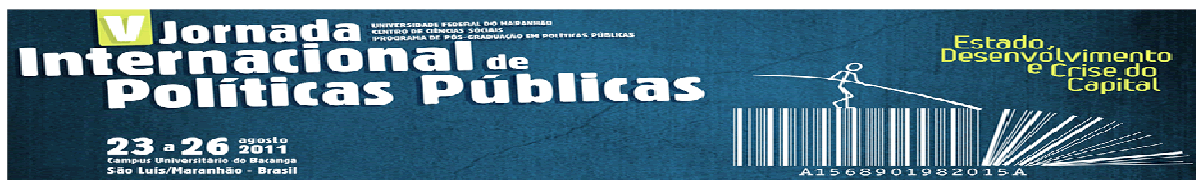
Esses dois grandes eixos, ou seja, os dois vetores do desenvolvimento capitalista no Maranhão “[...] se fundem, sem se confundirem no movimento real das transformações contemporâneas que vêm ocorrendo nesse estado com profundo impacto sobre as relações sociais [...]” (LOPES, 2009, p.7).

No presente trabalho detém-se particularmente ao primeiro vetor, pois é a partir dele que se instaura no estado a Vale⁸, uma das maiores empresas de minério de ferro do mundo, e que traz em seu bojo a implementação do Programa Grande Carajás (PGC), o qual teve como maior expressão a construção da Estrada de Ferro Carajás, engendrando o que se pode chamar de complexo mínero-metalúrgico (Vale, ALUMAR, empresas siderúrgicas, ferrovias, plantação do eucalipto, carvoarias, etc.), num movimento que desencadeou significativas mudanças para a classe trabalhadora rural, colocando condições para o processo de metamorfoses da mesma na região maranhense compreendida no contexto da Amazônia, quando se inserem definitivamente na rota e na dinâmica dos interesses do grande capital.

Importa destacar que a questão fundiária, como expressão histórica da manifestação da questão social no estado do Maranhão sempre esteve presente na base das transformações capitalistas na região.

CONTROLE SOCIAL NAS RELAÇÕES CAMPO E CIDADE: trabalho, luta social e prática profissional do assistente social no Maranhão” (ABREU; LOPES, et al.), e em todos os subprojetos vinculados a essa pesquisa.

⁸ A Vale foi criada no ano de 1942, com a denominação de Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no governo de Getúlio Vargas como uma empresa estatal de capital misto. Em maio de 1997, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência, sob a onda de neoliberalização no país, a Vale foi privatizada. Em 2008, a CVRD mudou de nome para Vale. E representa uma potência como grupo empresarial nos setores de mineração, transporte, exploração florestal, pesquisas geológicas e tecnológicas. Desponta atualmente como uma das maiores empresas do mundo, sendo a maior no ramo de mineração de ferro (DIEGUES, 1999).



Assim, pode-se dizer que antes mesmo da implantação do PGC, especificamente antes da instalação da Estrada de Ferro Carajás, as cidades do estado do Maranhão por onde essa ferrovia passa, retratava uma realidade complexa onde os conflitos em torno da luta pela terra já eram bem expressivos. Com a progressiva penetração do capital no campo houve um intenso processo de expulsão/expropriação dos pequenos produtores rurais de suas terras, tornando a questão ainda mais complexa. Dessa forma, “[...] uma grande quantidade de trabalhadores rurais [...] se viram, de um momento para o outro, despossuídos de suas terras para plantar, colher, alimentar-se e alimentar a sua família” (FEITOSA, 1994, p. 313).

O fator determinante da configuração desse cenário foi a expansão capitalista sob a batuta do capital monopolista, que ocorreu particularmente a partir da consolidação da Modernização Conservadora cuja instauração no estado ocasionou a retirada de várias famílias ao longo da Estrada de Ferro Carajás, bem como a expulsão de trabalhadores rurais pelos grandes latifundiários que se apropriavam de suas terras.

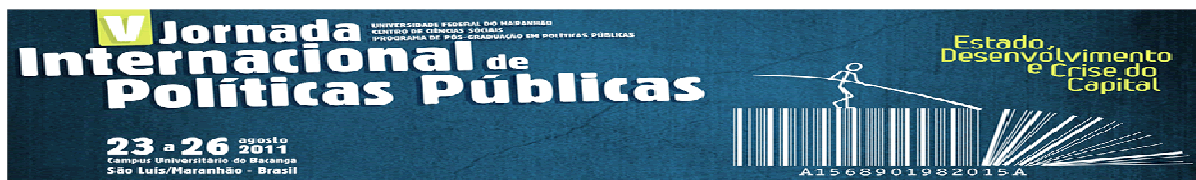
Conforme assinala Barbosa (2002, p. 124):

Face à crescente valorização da terra e o fomento da atividade industrial, os conflitos agrários se atualizaram e ganharam novas dimensões. As desapropriações, por exemplo, foram feitas em nome da implantação de pólos industriais, através de concessões de terras feitas pelo próprio governo federal.

Dessa forma, e ainda conforme a autora acima citada, diversos grupos capitalistas, com o incentivo estatal, se apropriaram de parcelas significativas de terras adjacentes do denominado corredor Carajás para a implantação de suas indústrias (alumínio, ferro-gusa, manganês etc.), sendo estas responsáveis pelo aumento desordenado de São Luís e de algumas cidades, como por exemplo, Açailândia, a qual sofreu um forte impacto social, tornando-se um caso emblemático.

3. A CONSTITUIÇÃO DO OPERARIADO DE AÇAILÂNDIA NO CONTEXTO DA INSTAURAÇÃO DO COMPLEXO MINERO-METALÚRGICO

Com a implantação e funcionamento da Estrada de Ferro Carajás (EFC) a partir do final da década de 70, altera-se substantivamente a configuração/estrutura sócio-econômica de Açailândia.



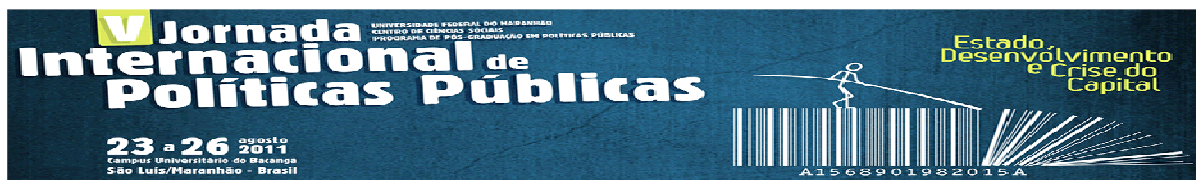
A partir das obras dessa ferrovia implantaram-se dezenas de empreiteiras que expandiram temporariamente o mercado de trabalho regional, seguido da especulação imobiliária nas áreas urbanas que passam a ser mais valorizadas e nas áreas rurais intensifica-se o processo de concentração fundiária (CARNEIRO, 1994).

No Maranhão, é na localidade do Pequiá em Açailândia, que se concentram os investimentos minero-metalúrgicos. Conforme assinala Cancela (2000, p. 4), o Pequiá “De núcleo camponês, [...] transformou-se no final da década de 80 em distrito industrial, tendo seu traçado redefinido pela penetração do capital configurado nas empresas madeireiras e guseiras”, constituindo-se hoje num “mix” de bairro operário com favela (CARNEIRO, 1994,).

Segundo Cancela (2000), é principalmente pelos vagões da ferrovia que chegam os migrantes de diversos estados e de outras cidades maranhenses; para esses migrantes o Pequiá pode tornar-se um local de passagem ou um espaço a se fixar. “Destes segmentos saíram os atuais operários do ferro, trabalhadores das usinas guseiras” (Ibid, p. 5)

Esses migrantes chegaram nessa localidade principalmente ao longo da década de 1980, alguns permanecem até os dias atuais, outros continuaram a trajetória de migração, transitando pela fronteira amazônica, à procura de emprego, em função de terem sido destituídos da posse da terra.

A autora supracitada menciona que a maioria dos trabalhadores das usinas siderúrgicas é oriunda da região nordestina, principalmente dos estados do Maranhão, Ceará e Piauí, e caracterizam-se como operários de primeira geração, com histórico ocupacional nas atividades ligadas à lavoura e também à prestação de serviços no setor terciário da economia, formal e informal. Segundo Castro (1994, p. 112) “[...] esses trabalhadores aprenderam, na prática, com operários qualificados contratados ou transferidos pelas empresas de suas filiais localizadas em regiões de tradição siderúrgicas” a realização das tarefas relacionadas à prática do trabalho no âmbito desses empreendimentos industriais, já que “[...] a maior parte desses operários trabalhavam num tempo passado, como pequenos produtores juntamente com a unidade familiar original, em terras de fazendeiros, sob sistema de arrendamento e parceria” (CANCELA, 2000, p. 5).



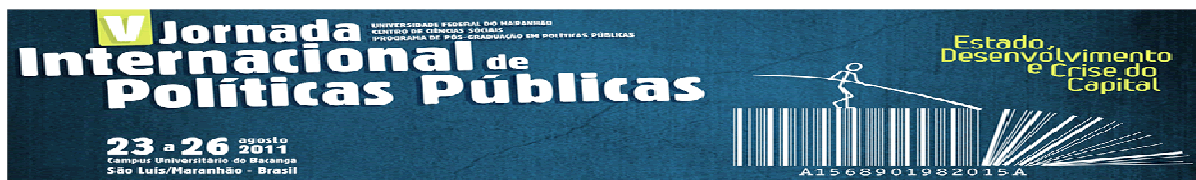
Entretanto, com as mudanças no sistema fundiário, ou seja: no “[...] processo de desorganização/reorganização do território que vem acompanhado de outros que conduzem à reordenação/decomposição das relações de trabalho, emerge um operariado de primeira geração que orienta-se para atividades siderúrgicas (DIEGUES, 1999, p. 67).

Com os constantes casos de grilagem, realizados inclusive com a aquiescência do aparelho estatal, e com a conseqüente expulsão de muitos camponeses do seu local de trabalho no núcleo nordestino começa a migração desses camponeses (hoje operários das guserias). Muitos ainda mantêm viva a perspectiva de conseguir terra para cultivar ou conseguir emprego no mercado de serviços como constatou Cancela (2000) a partir de pesquisa realizada nas usinas.

Convém destacar que, sobre o operariado das usinas siderúrgicas, para a maioria dos sujeitos que compõe essa classe social, a inserção nas malhas do assalariamento não teve início nesses empreendimentos (usinas siderúrgicas). Muitos têm a trajetória ocupacional vinculadas a firmas de prestação de serviços, construção, mecânica de serviços, e outras. Dentre esses operários, grande parte trabalhou como empregados nas empresas empreiteiras que construíram a ferrovia de Carajás, ferrovia Norte-Sul, e nas empresas construtoras das usinas siderúrgicas, o que aponta a alta rotatividade – expressão visível da instabilidade desse mercado de trabalho e da precariedade do emprego (DIEGUES, 1999).

Conforme assinala Cancela (2000), os migrantes vêem a imagem do Pequiá como “o lugar das firmas”. Porém, depois de algum tempo na região passam a observar que emprego existe, entretanto, o mercado não atende à potencialidade da oferta existente de força de trabalho, o que resulta na formação de um grande contingente de trabalhadores desempregados que diante da pouca oferta de trabalho formal buscam outras formas de ocupação, como na realização de pequenos biscates, com uma remuneração menor.

Para os migrantes, permanecer no Pequiá significa continuar trabalhando nas empresas, se caso esta possibilidade desapareça, o que resta é a busca por novas empresas “[...] uma vez que haja inexistência de emprego no mercado de trabalho local, a perspectiva pensada é justamente a falta de perspectiva” (CANCELA, 2000, p. 8).



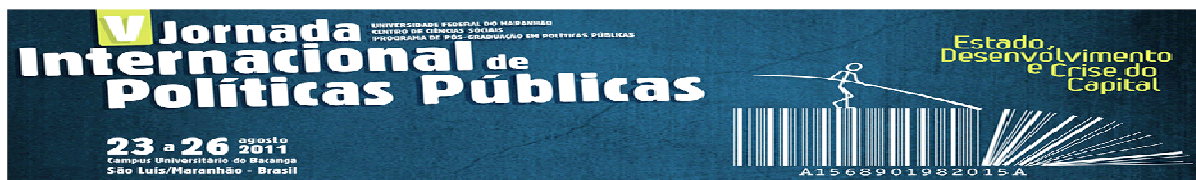
4. CONSIDERAÇÕES

As transformações capitalistas contemporâneas trouxeram impactos diversos às classes sociais. No Maranhão, que historicamente teve sua economia pautada na produção agrícola camponesa, observa-se que as mudanças ocorridas na estrutura fundiária, com a penetração do capital mundializado no campo, ocasionaram significativas mudanças no modo de vida da classe trabalhadora rural.

Expropriada do acesso a terra, e sem as mínimas condições de permanecer nos seus locais de trabalho, essa classe tende a vender sua força de trabalho tornando-se em assalariados nas grandes fazendas e nos empreendimentos industriais. Associado a isto, a ausência de políticas agrárias e agrícolas que objetivem apoiar e fortalecer os pequenos produtores serve como um catalisador do processo de proletarização deste segmento. Nesse processo, o Estado ao mesmo tempo em que prioriza altos investimentos em empreendimentos industriais, em detrimento de apoio efetivo à pequena produção, corrobora a inserção desses trabalhadores nas malhas do assalariamento.

Nos dias atuais, o movimento de expropriação e concentração fundiária perpetrado pelo capital e/ou a falta de condições para permanência dos trabalhadores rurais nas atividades no campo, dá continuidade ao processo de proletarização dos pequenos produtores rurais, submetendo-os a um contexto diverso daquele que vivia num tempo passado.

Cabe destacar que a inserção dos trabalhadores rurais no mercado de trabalho criado no bojo da instauração do complexo mineiro-metalúrgico (Vale, Estrada de Ferro Carajás, plantação do eucalipto, produção do carvão vegetal e usinas guseiras), marcou significativamente a vida desses sujeitos sociais. Depois de se tornarem assalariados e sem a posse dos meios de produção, passam a vivenciar situações bastante diversas de sua realidade, submetidos às relações de exploração característica do capitalismo, como o trabalho precarizado e informal.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) - PUC-SP, São Paulo, 2002.

CANCELA, Cristina Dama. **Estação Pequiá: um novo quilômetro na Fronteira Amazônica.** In: _____. II Encontro de História Oral da Região Norte, Belém, 2000.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E A DINÂMICA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA FERROVIA: políticas públicas e poder local na Amazônia. In: ____CASTRO, Edna e MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do Estado.** Belém, UFPA, 1994.

CASTRO, Edna. "Industrialização, transformações sociais no mercado de trabalho". In: ____CASTRO, Edna e MAIA, Maria Lúcia (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do Estado.** Belém, UFPA, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlo (Org.). Desmatamento e modos de vida na Amazônia. São Paulo: UNRISD/NUPAUB, 1999.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará (Núcleo de altos Estudos Amazônicos - NAEA), Belém, 1994.

LOPES, Josefa Batista Lopes et al. **As classes sociais nas transformações contemporâneas: metamorfoses e incidência na luta social e no Serviço Social.** Projeto de Pesquisa. Departamento de Serviço Social – UFMA, São Luís, 2006.

_____. **Especificidades na identidade e no movimento das classes sociais nas transformações contemporâneas das sociedades de capitalismo periférico: as metamorfoses no Maranhão, no caso brasileiro.** In: _____. CD Rom da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/Ma, 2009.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do MA: o caso do MST.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas / Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

SILVA, Laurinete Rodrigues. **PASSOS E DESCOMPASSOS NA RELAÇÃO FORMAÇÃO PROFISSIONAL E QUESTÃO AGRÁRIA NOS 50 ANOS DE SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO.** Monografia (Bacharel em Serviço Social), Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 2004.